



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1595384 - SC (2019/0297390-0)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
AGRAVANTE : TEO ROBERTO HOEFELMANN
ADVOGADO : SAMUEL SILVA - SC022211
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por **TEO ROBERTO HOEFELMANN** contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, que não admitiu o recurso especial manejado com apoio no art. 105, III, "c", da Constituição Federal, em oposição a acórdão assim ementado:

"APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DE RECEPÇÃO E USO DE DOCUMENTO FALSO (ARTS. 180, *CAPUT*, E 304 C/C 297 E 298, TODOS DO CP). SENTENÇA CONDENATÓRIA. RECURSO DA DEFESA. PRELIMINAR. ALEGADA NULIDADE, POR CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. INSUBSISTÊNCIA. APRECIÇÃO DAS TESES DEFENSIVAS PELO MAGISTRADO A QUO. FUNDAMENTAÇÃO EXPRESSA, CONFORME OS PRECEITOS DO ART. 93, IX, DA CF/88 E DO ART. 381 DO CPP.

CRIME DE RECEPÇÃO. AVENTADA INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA. NÃO ACOLHIMENTO. ACUSADO QUE, APÓS SE ENVOLVER EM ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO, TEM SEU VEÍCULO APREENDIDO, SEM DOCUMENTAÇÃO AUTÊNTICA E COM SINAIS IDENTIFICADORES ALTERADOS. CONJUNTO PROBATÓRIO APTO A COMPROVAR A CIÊNCIA DA ORIGEM CRIMINOSA DO VEÍCULO CLONADO. LAUDO PERICIAL QUE EVIDENCIA CRIME ANTERIOR. PROVA ORAL E DOCUMENTAL ROBUSTA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVA CRÍVEL. AUTORIA E MATERIALIDADE DEVIDAMENTE DEMONSTRADAS NOS AUTOS. CONDENAÇÃO MANTIDA.

CRIME DE USO DE DOCUMENTO FALSO. APRESENTAÇÃO DE PROCURAÇÃO E CRLV ADULTERADOS PARA LIBERAÇÃO DO VEÍCULO NO PÁTIO DA REPARTIÇÃO PÚBLICA. ALEGAÇÃO DE ERRO GROSSEIRO QUANTO À PROCURAÇÃO. TESE NÃO ACOLHIDA. EXISTÊNCIA DE POTENCIALIDADE LESIVA. ADULTERAÇÃO CAPAZ DE INCORRER EM ERRO AGENTE PÚBLICO. FALSIFICAÇÃO DO CRLV VERIFICADA, POR MEIO DE LAUDO PERICIAL. DOCUMENTO PÚBLICO EM BRANCO FURTADO, NO QUAL FORAM INSERIDAS INFORMAÇÕES VERDADEIRAS. AMBOS OS DOCUMENTOS, PARTICULAR E PÚBLICO, QUE SE ENQUADRAM NO CONCEITO DE FALSIFICADOS.

APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA CONSUNÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. USO DE DOCUMENTO FALSO QUE NÃO REPRESENTA CAUSA NECESSÁRIA PARA O COMETIMENTO DA RECEPÇÃO. INCLUSIVE, A RECEPÇÃO FOI ANTERIOR AO USO DE DOCUMENTO FALSO. SENTENÇA MANTIDA INCÓLUME.

RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO." (e-STJ, fl. 477-478).

A defesa aponta a existência de dissídio jurisprudencial quanto à interpretação dada ao art. 297 do CP pelo Tribunal de origem, por não reconhecer que a consumação do crime

de uso de documento falso era impossível, em razão desse conter erros grosseiros.

Requer seja reformado o acórdão recorrido, a fim de que o réu seja absolvido do crime tipificado no art. 304, c/c os 297 e 298, do Código Penal (e-STJ, fl. 495-519).

Foram apresentadas as contrarrazões (e-STJ, fls. 532-537).

O recurso não foi admitido em razão da aplicação do óbice da Súmula 7/STJ (e-STJ, fls. 539-543). Daí este agravo (e-STJ, fls. 546-568).

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do agravo (e-STJ, fls. 599-602).

É o relatório.

Decido.

A pretensão recursal não merece acolhimento.

Ao examinar a controvérsia, a Corte Estadual, assim se manifestou:

"Pois bem, não merece prevalecer a tese de que a informação inserida na procuração constitui erro grosseiro, em decorrência de inserção de número do RG diverso do verídico.

Isso porque está presente a potencialidade lesiva do documento, uma vez que, apresentada procuração e conferido o nome do outorgado, deixa-se de realizar minuciosos exames acerca dos demais dados contidos no instrumento do mandato.

Inclusive, o próprio agente estatal responsável pela conferência dos documentos para liberação do veículo apreendido declarou em seu depoimento que sequer havia prestado atenção no erro de numeração constante incluso no documento. Afirmou que somente efetuou uma análise mais aprofundada após o Cartório informar-lhe da falsidade da assinatura da escrevente.

Sobre o tema, é consabido que "a falsificação grosseira, perceptível *ictu oculi*, afasta a falsidade documental e, por corolário, o uso de documento falso em face de ausência de potencialidade de dano à fé pública" (MASSON, Cleber. Direito Penal Esquematizado: Parte Especial - Vol. 3 (arts. 213 a 359-H). 7. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2011, p. 551).

In casu, como o documento é capaz de incorrer agente público em erro, não há que se falar em falsificação grosseira.

Acerca da validade do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo - CRLV, extrai-se que, conforme o boletim de Ocorrência de fl. 285, a cédula em branco do referido documento foi furtada do Despachante Tita, localizado em Ituporanga, de modo que foi constatado, por meio de laudo pericial, que o CRLV apresentado "trata-se de documento de espelho autêntico, furtado em 31/01/2011 em Ituporanga, desprovido da assinatura do funcionário emissor, e embora os dados de identificação cadastrados para o veículo de placas MFT2737 no DETRAN/SC correspondam aos que constam no documento questionado, trata-se de documento falsificado" (fl. 182 – grifou-se).

Portanto, comprovada a adulteração do CRLV por meio de laudo o pericial, inviável a reforma da sentença." (e-STJ, fls. 488-489).

Como se vê, o Tribunal *a quo*, soberano na análise do material fático-probatório dos autos, reconheceu que a procuração falsificada é dotada de potencial lesivo.

Nesse contexto, o reconhecimento de que o referido documento apresentaria erros grosseiros e, por isso, seria incapaz de produzir resultados lesivos, tal como pleiteado pelo recorrente, demandaria necessariamente o reexame de elementos fáticos e probatórios, providência inviável nesta via especial, consoante dispõe a Súmula 7/STJ.

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, "a", do RISTJ, **conheço** do agravo para **não conhecer** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 01 de abril de 2020.

Ministro Ribeiro Dantas

Relator